

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: REFLEXÕES NO CONTEXTO DA BNCC

EIXO TEMÁTICO: Formação inicial, continuada e valorização dos profissionais de Educação

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Resultado de Pesquisa

Edson Vieira da Silva¹

RESUMO

Este artigo aborda a formação continuada de professores alfabetizadores no contexto da BNCC. O problema é: Como a formação continuada desses professores pode contribuir para o processo de alfabetização e letramento no contexto da BNCC? O objetivo geral é conhecer aspectos da formação continuada de professores alfabetizadores para reflexão sobre o processo de alfabetização e letramento no contexto da BNCC. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de refletir sobre a formação continuada de professores alfabetizadores devido à implementação da BNCC. Para embasar esse estudo, citam-se obras de Lopes e Macedo (2002), Rojo (2009) e Soares (1998). Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, exploratório e bibliográfico-documental. Identificaram-se quatro categorias de dados a partir das demandas apresentadas pela BNCC. Considera-se, então, que a formação continuada de professores alfabetizadores pode contribuir para práticas didáticas de alfabetização e letramento na perspectiva da BNCC.

Palavras-chave: Formação continuada. Alfabetização. BNCC.

INTRODUÇÃO

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) suscita debates acerca de práticas didáticas para o desenvolvimento de competências. Neste contexto, o tema desta pesquisa é a formação continuada de professores alfabetizadores no contexto de implementação da BNCC.

Propõe-se como problema: Como a formação continuada desses professores pode contribuir para o processo de alfabetização e letramento no contexto da BNCC? Supõe-se que a formação continuada pode contribuir para o desenvolvimento de práticas didáticas que favoreçam a alfabetização e o letramento no âmbito da BNCC.

O objetivo geral é conhecer aspectos da formação continuada de professores alfabetizadores para reflexão sobre o processo de alfabetização e letramento no contexto da BNCC. Neste sentido, os objetivos específicos são: definir aspectos da formação continuada desses professores para reflexão sobre o processo de alfabetização/letramento e identificar contribuições dessa formação para estudo sobre alfabetização e letramento no contexto de implementação da BNCC.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de refletir sobre a formação continuada de professores alfabetizadores devido às alterações decorrentes da implementação da BNCC. Alfabetizar e letrar no contexto do desenvolvimento de competências discentes não é o

¹Mestrando em Educação pela UDE (Uruguay) – edsonvieira74@outlook.com

Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor Universitário e Supervisor Pedagógico. Pesquisador da Formação Docente Continuada no campo da Alfabetização e Letramento.

mesmo que apenas ensinar a codificação e decodificação da língua escrita. Considera-se, ainda, a redução do tempo para a alfabetização inicial (de três para dois anos) no contexto da BNCC.

Segundo o artigo 62 da Lei Nº 9.394/96,

a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 2010, p. 42)

Para Soares (1998, p. 39-40),

um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que saber ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

Neste contexto, Soares (1998) expõe o conceito de cada termo, facilitando uma reflexão acerca do contexto escolar. Para se considerar letrada, então, é necessário que a pessoa utilize com segurança as competências alcançadas.

De acordo com Brasil (2018, p. 7),

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento [...].

No Brasil, conforme evidenciam Lopes e Macedo (2002), reflexões sobre conteúdos escolares surgem sobretudo por consequência de mudanças no currículo, o que deveria gerar modificações em metodologias utilizadas nas escolas. Sobre tais mudanças destaca-se o ensino com a finalidade de desenvolver competências discentes (GENTILE; BENCINI, 2000).

É necessário considerar, ainda, o multiletramento como demanda da sociedade contemporânea. Para Rojo (2009), o termo refere-se à multiplicidade de linguagens proporcionada pelas tecnologias digitais. Neste sentido, os gêneros textuais podem difundir-se pela Internet e em dispositivos portáteis. Além disso, novos gêneros textuais também podem ser criados pelo uso de tecnologias digitais.

METODOLOGIA

Segundo Oliveira (2016), esta pesquisa possui abordagem de cunho qualitativo, objetivos com caráter exploratório e procedimentos de coleta de dados com características bibliográfico-documentais. O tratamento dos dados ocorreu de acordo com a técnica de Bardin (2016), ou seja, a Análise de Conteúdo. A opção por esta metodologia justifica-se pela discussão sobre aspectos da formação continuada de professores alfabetizadores que podem alinhar-se à concepção de alfabetização e letramento proposta pela BNCC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A técnica de Bardin (2016) permitiu identificar quatro categorias de análise de dados a partir das demandas apresentadas pelo texto da BNCC. Neste sentido, abordam-se aspectos da formação continuada de professores alfabetizadores que podem contribuir para práticas de alfabetização e letramento alinhadas à BNCC.

A primeira categoria refere-se à alfabetização explícita, o que subentende foco no texto e nas práticas sociais de leitura/escrita. A formação docente continuada pode, segundo Rojo (2009), desenvolver junto com o docente em sua formação atividades práticas que permitam que os discentes atuem nas mais diversas práticas sociais onde podem se valer da leitura e da escrita em sua vida cotidiana tornando-se ético, crítico e democrático.

A segunda categoria refere-se ao tempo menor para alfabetização, ou seja, os alunos deverão ser alfabetizados até os 7 anos de idade. O professor deverá, então, estar ciente da sua atuação para sistematizar o trabalho didático. De acordo com Brasil (2018, p. 84),

[...] a organização das práticas de linguagem [...] por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes.

A terceira categoria, os campos de atuação, representa uma concepção de conhecimento que deverá ser contextualizada levando em consideração que o uso da língua está relacionado diretamente ao uso na prática social. Subentende-se o uso em situações reais que se constituem indispensáveis.

A quarta categoria refere-se ao multiletramento, que considera mudanças na linguagem devido ao uso das tecnologias. Ela está diretamente associada aos campos de atuação, portanto. É nesse sentido que Rojo (2009) afirma que a escola deve contextualizar a produção de textos e a criação de novos gêneros textuais não somente em ambientes analógicos, mas em meio digital também.

CONCLUSÃO

No contexto da BNCC, a formação continuada de professores alfabetizadores pode ser um elemento que contribui para processos significativos de alfabetização e letramento. É necessário que estudos futuros colem dados empíricos em diferentes contextos, pois as quatro categorias de resultados indicam áreas que podem ser pesquisadas. A implementação da BNCC deve ser acompanhada, então, de um trabalho didático coerente com as demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. 2018. Acesso em: 19 jan. 2020.

GENTILE, P.; BENCINI, R. **Para aprender (e desenvolver) competências**. Revista Nova Escola, São Paulo, set 2000, p. 12-17.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.